Demonstrações Financeiras Intermediárias

30 de junho de 2020

MAPFRE Capitalização S.A.

Demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2020

Índice

Relatório da Administração	3
intermediárias	6
Demonstrações financeiras intermediárias auditadas	
Balanços patrimoniais	9
Demonstrações de resultados	10
Demonstração do resultado abrangente	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias	
Resumo do relatório do Comitê de Auditoria	

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas.

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras Intermediárias acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes à MAPFRE Capitalização S.A. relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2020, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto aos pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC referendados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, que visam a harmonização das práticas contábeis brasileiras às normas internacionais de contabilidade prescritas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e estão sendo apresentadas segundo os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações posteriores, que entraram em vigor a partir da data de sua publicação e seguindo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 21 — Demonstração Intermediária.

Pandemia do Coronavírus (Covid-19) e seus impactos

A pandemia de COVID-19 trouxe uma nova fonte de incertezas à atividade econômica global. É um momento de grave crise, cuja natureza não tem precedentes nos últimos cem anos e suas consequências sociais e econômicas já afetam a vida de todos, pessoas e empresas.

Autoridades de todo o mundo têm tomado medidas restritivas para conter a transmissão da doença. Essas restrições acarretam impactos profundos na economia, uma vez que parte preponderante da atividade econômica pressupõe que as pessoas se movimentem e se encontrem. Ainda que as incertezas em relação à duração das restrições dificultem a quantificação desses impactos, alguns indicadores de atividade econômica já demonstram sinais de enfraquecimento em bens de consumo e serviços. No Brasil, assim como em outros países do mundo, foram anunciadas medidas de estímulo à economia e ao crédito.

Nessa linha o GRUPO MAPFRE estabeleceu um Comitê de Crises, que nos permitiu rapidamente adotar medidas para preservar a saúde e a integridade de funcionários, parceiros e corretores, seguindo estritamente orientações e determinações dos governos federal, estadual e municipal.

Estabelecemos pilares de atuação contra os impactos da COVID-19:

a) Garantir o bem-estar de nossos colaboradores

- I. Trabalho remoto às funções em que é possível fazê-lo;
- II. Estabelecemos um processo de comunicação e transparência com os nossos colaboradores por meio de e-mails, portal interno de colaboradores e vídeos semanais feitos pelo nossos CEOs e Diretores comunicando novidades referentes à COVID-19;
- III. Plano de retomada de forma gradativa;
- IV. Disponibilização de APP para colaboradores, com monitoramento diário (verificador de sintomas, orientação média on-line 24h, atendimento por vídeo chamada e informações sobre cuidado e prevenção do novo Coronavírus).

b) Buscar as melhores soluções para atender nossos clientes da melhor maneira possível

- I. Passamos a oferecer nos seguros de vida os benefícios de Orientação Médica por Telefone (OMT) e Telemedicina no Programa MAPFRE Cuidando de Você;
- II. Inclusão da cobertura em caso de morte por infecção pelo COVID-19 em nossos seguros de Vida, Habitacional e Prestamista. Para o Habitacional, ressaltamos que é preciso que a cobertura por morte e invalidez permanente esteja comtemplada na contratação da apólice;
- III. Renovação do seguro Auto, Residencial e Rural com as mesmas condições e preços de 2019.
- IV. Lançamento do DOACAP, título de capitalização da modalidade filantropia premiável. As primeiras entidades beneficiadas pelo repasse de parte das vendas dos títulos são o Hospital Maternidade de Campinas-SP e a Casa Durval Paiva, de Natal-RN.

c) Manter o funcionamento normal das operações em condições anormais

- I. Reduzimos o tempo de pagamento às oficinas e determinamos pagamento adicional aos estabelecimentos que higienizam os carros corretamente;
- II. Atualizamos o valor do bônus performance, para as Assistências 24h, um adicional acordado entre a MAPFRE e os prestadores que entregam serviços com qualidade acima dos parâmetros exigidos;
- III. Treinamentos online à rede de prestadores em conjunto com o SEBRAE.

Ainda, um dos objetivos da Fundación MAPFRE é garantir o bem-estar da população, portanto, é nosso papel fazer o máximo possível para mitigar os efeitos de uma situação tão complexa. Apoiamos projetos que ajudaram a população no combate ao vírus, sobretudo, os grupos menos favorecidos, e que contribuíram para minimizar os impactos da crise. Foram doados R\$ 16 milhões para apoio a iniciativas governamentais que ocorreram em todo o Brasil.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro totalizou R\$ 1,0 milhão, com redução de 47% em relação ao ano anterior, marcada pela queda da atividade econômica e consequentemente desvalorização do real e queda da taxa de juros.

Resultado do Exercício

A MAPFRE Capitalização S.A. apresentou no semestre lucro líquido de R\$ 214 mil (R\$ 675 mil no mesmo semestre de 2019).

Política de Reinvestimento de Lucros e Política de Distribuição de Dividendos

Os acionistas da MAPFRE Capitalização S.A., em cada exercício, terão direito a receber, a título de dividendos, o mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido.

O lucro líquido, após as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral, podendo ser designado 100% à Reserva de lucros — estatutária, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da Sociedade, até atingir o limite do valor do capital social integralizado.

Declaração de Capacidade Financeira

Em atendimento à Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, a MAPFRE Capitalização declara deter, na categoria "mantidos até o vencimento", títulos e valores mobiliários no valor de R\$ 6 milhões e, considerando ter capacidade financeira para tal, manifesta a intenção de observar os prazos de resgates originais dos mesmos.

Controles Internos

A atuação de Controles Internos tem como principal objetivo apoiar todas as áreas internas, seja de suporte ao negócio ou operacionais, na construção e manutenção de um ambiente corporativo mais seguro e sustentável.

Periodicamente, são realizados testes de controles internos, que visam evitar autuações dos órgãos reguladores, dar confiabilidade as práticas adotadas, informando às áreas e aos Comitês os resultados obtidos. Os assuntos abordados nos testes são: acompanhamento de novas regulamentações, atendimentos à Fiscalização, lavagem de dinheiro e prevenção à fraude, segurança física e lógica, plano de continuidade de negócios e atividade de mapeamento de processo.

Compliance

O GRUPO MAPFRE, com base na lei nº 9.613/1998 e alterações e, com o intuito de prevenir a utilização de produtos ou processos para o crime de lavagem de dinheiro e assegurar a conformidade com a Circular SUSEP nº 445/2012, possui processos implementados para identificação, monitoramento e comunicação de operações suspeitas com indícios de lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo e atos ilícitos.

O GRUPO conta ainda com o Código de Ética, alinhado com os conceitos de Missão, Visão e Valores. Os canais de denúncia estão disponíveis aos funcionários e públicos externos, mantendo-se disponíveis para receber relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares.

Governança de Dados e Segurança da Informação

Reafirmando o compromisso pela disponibilidade, integridade e confidencialidade das informações organizacionais e dos clientes e diante dos desafios da era digital das informações, além de garantir a segurança dos dados, uma governança e gestão da informação mais robusta e fortalecida tem sido um dos focos de atuação do GRUPO MAPFRE, alinhada a nova Lei Geral de Proteção de Dados – Lei nº13.709/2018.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, corretores, parceiros e aos colaboradores pelo apoio e confiança depositados em nosso trabalho. O fortalecimento desse relacionamento é um dos objetivos que nos estimula a seguir em frente, em busca de novos desafios.

São Paulo, 27 de agosto de 2020.

A Administração



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Aos Conselheiros e Diretores da MAPFRE Capitalização S.A. São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da MAPFRE Capitalização S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MAPFRE Capitalização S.A. em 30 de junho de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras intermediárias e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras intermediárias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras intermediárias

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras intermediárias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- -Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- -Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- -Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- -Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- -Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras intermediárias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de agosto de 2020

KPMG Auditores Independentes CRC 2SP014428/O-6

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo Contador CRC 1SP252419/O-0

MAPFRE Capitalização S.A.
Balanços patrimoniais
Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	30/06/2020	31/12/2019
Circulante		107.384	103.496
Disponível		9	2
Caixa e bancos		9	2
Equivalente de caixa		19	1.227
Aplicações	5	103.648	97.143
Créditos das operações de capitalização		1.649	1.471
Créditos das operações de capitalização	6	1.649	1.471
Títulos e créditos a receber		2.023	3.501
Títulos e créditos a receber	7	267	1.524
Créditos tributários e previdenciários	16b	1.675	1.614
Outros créditos		81	363
Outros valores e bens		17	146
Outros valores		17	146
Despesas antecipadas		19	6
Ativo não circulante		51.667	54.131
Realizável a longo prazo		51.294	54.076
Aplicações	5	51.289	54.040
Títulos e créditos a receber		5	36
Depósitos judiciais e fiscais	13a	5	36
Imobilizado		162	55
Intangível		211	-
Total do ativo		159.051	157.627
Passivo	Nota	30/06/2020	31/12/2019
Circulante		136.105	135.326
Contas a pagar		1.510	6.671
Obrigações a pagar	8	943	6.421
Impostos e encargos sociais a recolher		301	174
Encargos trabalhistas		130	26
Impostos e contribuições	9	136	50
Débitos de operações com capitalização		1.009	1.051
Depósitos de terceiros	10	157	2.550
Provisões técnicas - capitalização	12	133.429	125.054
Provisão para resgates		116.066	108.542
Provisão para sorteio		16.917	16.246
Provisão para complementação de sorteios		1	34
Provisão para distribuição de bônus		88	69
Provisão administrativa		357	163
Passivo não circulante		1.163	967
Contas a pagar		1.114	898
Tributos diferidos	16b	1.114	898
Outros débitos		49	69
Provisões judiciais	13	49	69
Patrimônio líquido	14	21.783	21.334
Capital social		12.000	12.000
Reservas de lucros		7.777	7.777
Ajustes de avaliação patrimonial		1.792	1.557
Lucros acumulados		214	-
Total do passivo e patrimônio líquido		159.051	157.627

MAPFRE Capitalização S.A.

Demonstrações de resultados

Semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação).

	Nota	30/06/2020	30/062019
Receita líquida com títulos de capitalização		15.438	16.374
(+) Arrecadação com títulos de capitalização	15a	82.230	75.521
(+/-) Variação da provisão para resgate	15b	(66.792)	(59.147)
(+) Variação das provisões técnicas	15c	(8)	419
(-) Resultado com sorteio	15d	(7.836)	(8.213)
(-) Custo de aquisição	15e	(2.445)	(1.822)
(+/-) Outras receitas e despesas operacionais		(114)	(74)
(+) Outras receitas operacionais		(3)	127
(-) Outras despesas operacionais		(111)	(201)
(-) Despesas administrativas	15f	(4.987)	(7.218)
(-) Despesas com tributos	15g	(510)	(550)
(+) Resultado financeiro	15h	1.060	2.002
(+) Receitas financeiras		3.884	4.925
(-) Despesas financeiras		(2.824)	(2.923)
(=) Resultado operacional		598	918
(-) Perdas com ativos não correntes		-	(314)
(=) Resultado antes dos impostos e participações		598	604
(-) Imposto de renda	16a	(130)	(308)
(-) Contribuição social	16a	(87)	(188)
(-) Participações sobre o resultado		(167)	567
(=) Lucro líquido do semestre		214	675
(/) Quantidade de ações		12.000.000	12.000.000
(=) Lucro líquido por ação		0,02	0,06

MAPFRE Capitalização S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

	30/06/2020	30/06/2019
Lucro líquido do semestre	214	675
Outros resultados abrangentes	235	243
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	392	1.220
Imposto de renda e contribuição social sobre resultados abrangentes	(157)	(977)
Resultado abrangente do semestre, líquido dos impostos	449	918

MAPFRE Capitalização S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

		Reserva de	ucros	<u></u>		
	Capital social	Reserva legal	Reserva de investimento	Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2019	12.000	1.802	9.501	1.223	•	24.526
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	243	-	243
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	675	675
Saldo em 30 de junho de 2019	12.000	1.802	9.501	1.466	675	25.444
Saldo em 1º de janeiro de 2020	12.000	1.876	5.901	1.557	-	21.334
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	235	-	235
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	214	214
Saldo em 30 de junho de 2020	12.000	1.876	5.901	1.792	214	21.783

MAPFRE Capitalização S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto
Semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

	30/06/2020	30/06/2019
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do semestre	214	675
Ajustes para:	77.447	70.160
Depreciações e amortizações	23	137
Variação das provisões técnicas - capitalização	77.424	69.709
Perdas com ativos não correntes	-	314
Variação nas contas patrimoniais:	(73.288)	(70.547)
Aplicações financeiras	(3.519)	(3.120)
Créditos das operações de capitalização	(178)	2.488
Créditos tributários e previdenciários	(61)	821
Tributos diferidos	216	566
Despesas antecipadas	(13)	(14)
Depósitos judiciais e fiscais	31	-
Outros ativos	1.668	(247)
Obrigações a pagar	(478)	(4.510)
Impostos e contribuições	319	482
Débito de operações com capitalização	(42)	25
Depósitos de terceiros	(2.393)	89
Provisões técnicas - capitalização	(69.049)	(67.794)
Provisões judiciais	(20)	15
Outros passivos	231	652
Caixa (consumido)/gerado pelas operações	4.373	288
Imposto de renda pago sobre o lucro	(134)	(367)
Contribuição social pago sobre o lucro	(99)	(222)
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais	4.140	(301)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamento pela compra:		
Imobilizado	(130)	-
Intangível	(211)	(17)
Caixa liquido consumido nas atividades de investimento	(341)	(17)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	` ,	. ,
Dividendos pagos	(5.000)	-
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(5.000)	_
Redução líquida de caixa e equivalente de caixa	(1.201)	(318)
Caixa e equivalente de caixa no início do semestre	1.229	426
Caixa e equivalente de caixa no final do semestre	28	108

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho 2020 (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

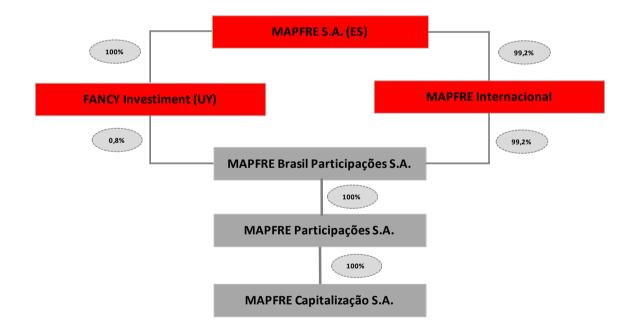
A MAPFRE Capitalização S.A. (doravante designada por "Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP a operar na modalidade de capitalização, em todo o território nacional. O endereço registrado da Companhia é Avenida das Nações Unidas, nº 11.711, 21º andar, Brooklin, São Paulo - SP, CEP 04578-000 e está cadastrada no CNPJ sob o nº 09.382.998/0001-00.

A Companhia tem por objeto fornecer ao público em geral a constituição de capitais mínimos perfeitamente determinados em planos de capitalização, a serem operados, comercializados e administrados de acordo e nos termos da legislação aplicável às sociedades de capitalização.

A Companhia é integrante do GRUPO MAPFRE, conjunto de empresas e entidades que operam em seguros e atividades correlatas, bem como participação em outras sociedades com sede em Madrid, Espanha.

As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do GRUPO MAPFRE, sendo os custos das estruturas operacionais e administrativas comuns absorvidos segundo critérios estabelecidos em acordo operacional existente entre as empresas do GRUPO MAPFRE.

Em 30 de junho de 2020, o GRUPO MAPFRE apresentava a seguinte estrutura:



Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho 2020 (Em milhares de Reais)

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

a) Base de preparação

Em consonância à Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, as demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular, seguindo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 21 — Demonstração Intermediária.

Essas demonstrações financeiras intermediárias foram aprovadas pela Administração em 27 de agosto de 2020.

b) Comparabilidade

Em 30 de junho de 2020, a Companhia ajustou para fins de comparabilidade os valores apresentados anteriormente na demonstração do fluxo de caixa, as linhas de variações das provisões técnicas — capitalização, que, entretanto, devem ser considerados como ajustes ao lucro líquido do período apresentado nas demonstrações do fluxo de caixa. Essas reclassificações foram feitas, para melhor apresentação e comparabilidade. Tais mudanças não impactam o fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais do semestre.

c) Continuidade

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.

d) Base para avaliação, apresentação e moeda funcional

As demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado e dos ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo. A moeda funcional da Companhia é o Real.

e) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação as

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho 2020 (Em milhares de Reais)

estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são realizadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: *i.* informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras intermediárias; *ii.* informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício contábil.

- Notas 3a e 5 Aplicações e instrumentos financeiros;
- Notas 3e e 11 Provisões técnicas:
- Notas 3f e 13 Provisões judiciais; e
- Notas 3k e 16 Imposto de renda e contribuição social.

f) Segregação entre circulante e não circulante

A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e passivo circulante, a cada data de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassar o prazo de doze meses subsequentes a respectiva data-base.

Os títulos e valores mobiliários classificados como "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independente dos prazos de vencimento.

Ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados como não circulantes.

Para os principais itens patrimoniais sem vencimento definido, foram consideradas as classificações de administrativas para circulante e judiciais para não circulante.

g) Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios futuros e/ou algumas serão aplicáveis quando aprovadas pela SUSEP.

CPC 48 – Instrumentos financeiros (IFRS 9)

Em vigor pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis desde 1º de janeiro de 2018, apresenta novos modelos para classificação e mensuração de instrumentos financeiros, mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A Companhia optou por aplicar a isenção temporária do CPC 48 e continuará a aplicar o CPC 38 (IAS 39) até a data efetiva do CPC 50 - Contratos de Seguros (IFRS 17).

CPC 50 - Contratos de seguros (IFRS 17)

A norma estabelece os princípios para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação dos contratos de seguros. O objetivo do CPC 50 é assegurar que a entidade fornece informações relevantes que representam fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários das demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. A Companhia está iniciando o trabalho de avaliação e espera impactos relevantes em

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho 2020 (Em milhares de Reais)

suas demonstrações financeiras, que até o momento não podem ser dimensionados. O CPC 50 passará a vigorar em 1° de janeiro de 2023.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras intermediárias estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados.

a) Aplicações e instrumentos financeiros

A classificação dentre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido. A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias:

i. Caixa e equivalente de caixa

Incluem caixa, saldos em conta movimento sem vencimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de noventa dias com risco insignificante de mudança de valor justo e que não estejam vinculados como garantia das provisões técnicas. Os valores são utilizados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

ii. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações ativas e frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente no resultado do período.

iii. Ativos financeiros mantidos até o vencimento

São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado.

iv. Ativos financeiros disponíveis para venda

Compreende os ativos financeiros não classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido (líquidos dos efeitos tributários). Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho 2020 (Em milhares de Reais)

v. Determinação do valor justo

Os valores justos têm sido apurados para propósito de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos estão divulgadas na nota 5c.

vi. Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados nas rubricas "Créditos das operações de capitalização", "Títulos e créditos a receber" e "Outros créditos" que são contabilizados pelo custo amortizado decrescidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

b) Redução ao valor recuperável

i. Ativos financeiros

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

A perda de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda é reconhecida pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes.

ii. Ativos não financeiros

Os valores dos ativos não financeiros são revistos, para fins de recuperabilidade, sempre que houver alguma indicação de perda considerada permanente, sendo a perda reconhecida no resultado do exercício se o valor contábil de um ativo exceder seu valor recuperável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho 2020 (Em milhares de Reais)

c) Imobilizado

O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos, móveis, máquinas e utensílios e veículos, utilizados na condução dos negócios da Companhia, sendo demonstrado pelo custo histórico. O custo do ativo imobilizado, reduzido por depreciação acumulada do ativo, até a data de cada fechamento e reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso.

Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade. Gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado, conforme incorridos.

A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear.

d) Intangível

Compreende, basicamente, os gastos com projetos relacionados ao desenvolvimento de sistemas, quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica.

As despesas relacionadas à manutenção de *softwares* são reconhecidas no resultado no período quando incorridas.

A amortização do ativo intangível é calculada segundo o método linear.

e) Provisões técnicas

As provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras intermediárias e os demonstrativos do capital mínimo, da MAPFRE Capitalização S.A., foram elaboradas em todos os aspectos de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

A Provisão Matemática para Capitalização - PMC é constituída para cada título em vigor ou suspenso e considera a parcela dos valores arrecadados para capitalização, sendo capitalizada mensalmente pelo indexador e taxas de juros definidas no respectivo plano até o resgate ou cancelamento do título em conformidade com a nota técnica atuarial do plano.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho 2020 (Em milhares de Reais)

Taxas e carregamento dos principais títulos:

Processo SUSEP	Tipo	% Carregamento	Taxa % a.a.
15414.902004/2019-58	Prêmio Único	5,79	6,17
15414.901388/2018-19	Prêmio Único	2	4,28
15414.901962/2019-10	Prêmio Único	7,46	8,08
15414.901384/2018-22	Prêmio Único	16,46	1,94
15414.902003/2019-11	Prêmio Único	7,18	6,17
15414.901999/2019-30	Prêmio Único	5,79	6,17

A Provisão para Resgate - PR é constituída para cada título vencido e antecipado cujo saldo é atualizado pelo indexador do plano, a taxa de remuneração básica aplicada à caderneta de poupança – TR, desde a data do respectivo evento até a data do efetivo pagamento do valor de resgate.

A Provisão para Sorteios a Realizar - PSR é constituída para fazer face aos prêmios provenientes de sorteios futuros e seu saldo representa o valor presente dos sorteios já custeados e ainda não realizados. Seu valor é calculado pela multiplicação da cota de sorteio e valor do pagamento.

A Provisão para Sorteios a Pagar - PSP é constituída pelos valores dos títulos contemplados em sorteio e ainda não pagos. Os valores são atualizados monetariamente desde a data do sorteio até a data efetiva do pagamento.

A Provisão Complementar de Sorteios - PCS é constituída para complementar a Provisão de Sorteios a Realizar e utilizada para cobrir eventuais insuficiências relacionadas ao valor esperado dos Sorteios a Realizar. A provisão representará a diferença positiva entre o valor esperado dos sorteios a realizar e o valor da Provisão para Sorteios a Realizar - PSR.

A Provisão para Distribuição de Bônus - PDB é constituída para a cobertura dos valores relativos ao pagamento de bônus previstos em contrato, devendo ser calculada para cada título (cujo plano estabeleça a distribuição de bônus) que estiver em vigor ou suspenso, de acordo com os critérios previstos em nota técnica atuarial, observadas as regulamentações específicas vigentes.

A Provisão de Despesa Administrativa – PDA é constituída para cobrir as despesas relacionadas às operações dos títulos de capitalização.

f) Provisões, passivos e ativos contingentes

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, e se a mesma possa ser estimada de maneira confiável e seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho 2020 (Em milhares de Reais)

As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pela assessoria jurídica da Companhia, com relação às probabilidades de perda que leva em consideração a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos Tribunais. Estas são provisionadas quando a perda for avaliada como provável o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, conforme critérios estabelecidos no pronunciamento técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura, resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável.

Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados.

g) Benefícios aos empregados

i. Obrigações de curto prazo

As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa a medida que o serviço respectivo é prestado.

Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale transporte, vale refeição e alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e Administradores e reconhecidos ao resultado a medida que são incorridos.

ii. Obrigações com aposentadorias

A Companhia é patrocinadora de um plano de previdência complementar para os empregados na modalidade de contribuição definida - Plano Gerador de Benefícios Livres - PGBL administrado pela MAPFRE Previdência S.A.. Trata-se de um plano de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições realizadas por ele mesmo e pela Companhia, sendo os recursos investidos em um fundo de investimento destinado a essa finalidade. Os aportes mensais são calculados considerando o salário base de contribuição do participante e a Companhia não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas de benefícios a empregados, no período em que esses serviços são prestados pelos empregados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho 2020 (Em milhares de Reais)

iii. Outros benefícios pós-emprego

Há custeio do plano de saúde para ex-funcionários e seus dependentes legais por um período de 30 a 90 dias da data de desligamento a depender do tempo de empresa.

h) Operações de capitalização

A receita com títulos de capitalização de pagamento único é reconhecida quando da emissão dos respectivos títulos. O reconhecimento das despesas de provisão matemática, provisão de sorteio e demais custos necessários à comercialização dos títulos acompanha a forma da contabilização da receita.

i) Custo de aquisição

É composto substancialmente por valores referentes às comissões e angariações relativos à comercialização de títulos de capitalização, sendo a apropriação do resultado na data de emissão (início de vigência) e renovação dos títulos.

j) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras (incluindo as aplicações classificadas como disponíveis para venda), ganhos na alienação, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado que são reconhecidos ao resultado. A receita de juros é reconhecida ao resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (imparidade), reconhecidas nos ativos financeiros são reconhecidos no resultado.

k) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 120 no semestre e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e somado de eventual ajuste de imposto a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos considerados na base de cálculo do imposto corrente e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em períodos futuros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho 2020 (Em milhares de Reais)

O imposto diferido é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo que o imposto diferido ativo é reconhecido quando é provável a geração de lucros futuros sujeitos à tributação, os quais este imposto diferido ativo possa ser utilizado, estejam disponíveis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

I) Participações nos lucros

A Companhia registra mensalmente a participação dos lucros com base nos critérios de pagamento referente ao último exercício, caso não tenha ocorrido nenhuma mudança significativa na política de remuneração, sendo atualizado pelo índice de reajuste salarial da categoria e ajustada posteriormente, para pagamento aos colaboradores, conforme política de remuneração.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros.

- Risco de subscrição;
- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco operacional; e
- Gestão de capital.

A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Companhia na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados.

Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, utilizando-o com o objetivo de adicionar valor ao negócio a medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros.

A Companhia conta com um processo de gestão de riscos, em constante aperfeiçoamento, alinhado à regulamentação vigente e às políticas corporativas globais do GRUPO MAPFRE, o sistema está baseado na gestão de cada um dos processos de negócio e na adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho 2020 (Em milhares de Reais)

O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de Governança Corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos.

O gerenciamento dos riscos inerentes às atividades é abordado dentro de um processo apoiado pela Comissão de Riscos. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos, buscando minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a identificação e mensuração dos riscos.

A gestão dos riscos corporativos é sustentada por modelos estatísticos como análises de sensibilidade, cálculo do *Value at Risk - VaR*, indicadores de suficiência de capital, dentre outros. A estes modelos, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de avaliações de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, e de auditoria, tendo como objetivo a análise estratégica, o acompanhamento e a mitigação dos riscos corporativos.

A partir da avaliação dos principais riscos são elaborados planos de ação específicos para os riscos identificados acima do apetite de risco da Companhia. O objetivo é que oportunidades de melhoria sejam implementadas nas atividades de controle ou que eventuais desvios sejam corrigidos em tempo.

Além disso, para gerar um ambiente de controle condizente com a importância dos negócios, a empresa investe no fortalecimento do processo interno de comunicação, disseminando o conceito de gestão de riscos entre os colaboradores.

Para assegurar a unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, o GRUPO conta com os seguintes Órgãos de Governança:

- Conselho de Administração: é o órgão superior de administração e supervisão da atividade no país, de acordo com as leis locais e as normas internas de governo do GRUPO MAPFRE. Compete ao conselho aprovar a orientação geral de negócios, as políticas e diretrizes gerais e as metas da MAPFRE Brasil, sempre visando os melhores interesses do GRUPO MAPFRE e zelando pelo cumprimento das obrigações previstas nos normativos internos e na legislação vigente;
- Comitê de Auditoria: é um órgão estatutário e tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração no que concerne ao exercício de suas funções de auditoria e fiscalização, em consonância com as atribuições previstas na legislação e no Estatuto Social, que tem como atribuições, entre outras, revisar as demonstrações financeiras, à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controles internos, à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; e propor ao Conselho de Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições;

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho 2020 (Em milhares de Reais)

- Comitê de Direção: tem por objetivo a gestão das Unidades de Negócio na região, assim como a condução de todos os projetos corporativos globais ou regionais, que sejam necessários para o cumprimento dos objetivos, e ainda desenvolve e executa, conforme o caso, as decisões dos órgãos de Administração e Diretoria da MAPFRE S.A.;
- Comitê de Investimentos: tem por objetivo orientar as companhias da MAPFRE Brasil no que diz respeito aos investimentos dos seus ativos financeiros, analisando os referidos investimentos para avaliar detalhadamente os benefícios e estimativa dos retornos econômico-financeiros, observando as premissas de segurança, rentabilidade, solvência, legislação e alçadas vigentes do GRUPO MAPFRE. O Comitê acompanha e zela pelo cumprimento das políticas financeiras definidas pela Alta Administração e assessorá-la no desempenho de suas atribuições relacionadas à adoção de estratégias, políticas e medidas voltadas à estratégia financeira do GRUPO MAPFRE; e
- Comissão de Riscos: com caráter consultivo e de assessoramento, vinculado ao Comitê de Direção, tem por objetivo analisar e acompanhar, bem como, auxiliar o Comitê de Direção nas matérias relacionadas a controles internos, conformidade, gerenciamento de riscos corporativos e atuariais, no âmbito de suas competências e de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo GRUPO MAPFRE.

O relacionamento dos Comitês com a Alta Administração respeita as alçadas definidas pelo sistema normativo, contudo, sempre é respeitado o nível de independência requerido para as análises técnicas. Os Comitês têm, em seus regimentos, a definição de suas atribuições e nível de reporte.

Ainda com o intuito de gerir os riscos aos quais a Companhia está exposta, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência de atuação e a continuidade dos exames efetuados colaboram para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Companhia. A Auditoria Interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo a um custo razoável.

O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como à qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades.

Risco de subscrição

Os títulos de capitalização têm prazo de vigência de médio e longo prazo, em função disto, utilizamos premissas baseadas nas experiências atuariais de nossa carteira para realizar a gestão dos riscos envolvidos. Os riscos podem ser listados em:

- Risco de sorteio, que implica na possibilidade da Companhia pagar prêmios de títulos sorteados em séries não integralizadas.
- Risco de persistência ou comportamento, que implica na estimativa da quantidade de parcelas que são pagas pelo cliente durante a vigência do título. A Administração avalia que a probabilidade de ocorrência desse tipo de risco é reduzida uma vez que, comportamento de inadimplência é mais acentuada na modalidade "popular" onde a Companhia não opera.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho 2020 (Em milhares de Reais)

- Risco de despesas administrativas, onde a Companhia tem que arcar com despesas em séries não comercializadas em sua totalidade. Atualmente esse tipo de risco é gerenciado no momento do lançamento da série, onde a Companhia realiza um estudo preliminar de viabilidade onde indica o número mínimo de cotas a serem comercializadas para a Companhia não ter prejuízos com despesas administrativas, caso o número mínimo for factível de vendas de acordo com as condições de mercado e histórico da Companhia, a mesma é lançada, caso contrário, não.
- Risco de garantir a rentabilidade pré-definida para as reservas matemáticas aprovadas nas condições gerais dos títulos de capitalização. A Companhia gerencia esse tipo de risco determinando parâmetros mínimos de rentabilidade estipulados para o gestor dos recursos, sendo a rentabilidade monitorada periodicamente e discutida nas reuniões do Comitê de Investimentos.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais para com a Companhia. A Companhia possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos, a área de Riscos realiza tempestivamente o monitoramento das exposições para efetivo cumprimento dos limites de crédito estabelecidos na política. O monitoramento é realizado para ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares, levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado.

A Administração entende que, no que se refere as operações de capitalização, há uma exposição reduzida ao risco de crédito, uma vez que a Companhia opera apenas com pagamento único.

Gerenciamento ao risco de crédito

Para um melhor controle à exposição a esse tipo de risco, os recursos são investidos nos fundos geridos pela MAPFRE Investimentos Ltda., empresa do mesmo grupo econômico, que tem como premissa os mesmos limites descritos na Política de Risco de Crédito e submete aos comitês competentes, periódicas avaliações econômico-financeiras das contrapartes em que os recursos estão aplicados.

No que se refere as aplicações financeiras, a Administração avalia o risco de crédito como baixo pelo fato de que a maior parte da carteira está concentrada em títulos de renda fixa públicos e operações compromissadas com lastro em títulos públicos federais, sendo considerado um *rating* bem avaliado como AAA (risco soberano brasileiro).

As agências avaliadoras de riscos são Standard & Poor´s, Fitch Ratings e Moody´s, como demonstrado no quadro abaixo:

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho 2020 (Em milhares de Reais)

		30	0/06/2020		31	/12/2019
Ativos financeiros - rating	AAA	Sem rating	Total	AAA	Sem rating	Total
Títulos de renda fixa públicos (*)	154.943	-	154.943	151.188	-	151.188
Caixa / contas a pagar / receber	-	(6)	(6)	-	(5)	(5)
Total	154.943	(6)	154.937	151.188	(5)	151.183

^(*) Inclui operação compromissada com lastro em títulos públicos no montante de R\$ 12.311 (R\$ 4.928 em 31 de dezembro de 2019).

A Companhia utiliza diversas análises de sensibilidade e testes de *stress* como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados destas análises são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido da Companhia em condições normais e em condições de *stress* de mercado. Os testes realizados levam em consideração, cenários históricos e cenários futuros, e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e tomada de decisão e também para identificação de descasamentos entre ativos e passivos financeiros da Companhia.

Risco de liquidez

O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Companhia liquidar seus compromissos, como com as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. A Companhia possui política específica que estabelece índices de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades de financiamentos e compromissos.

Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos da Companhia para manter recursos financeiros suficientes para cumprimento das obrigações a medida que estas atinjam seu vencimento.

Exposição ao risco de liquidez

O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimativa de passivos oriundos de resgates e sorteios a pagar.

Gerenciamento do risco de liquidez

A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. São aprovados, anualmente, pela Diretoria os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos, assim como os instrumentos para gestão da liquidez, tendo como base as premissas estabelecidas na Política de Investimentos a qual é aprovada pelo Conselho de Administração.

O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Companhia monitora, por meio da gestão do fluxo de caixa, as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho 2020 (Em milhares de Reais)

Adicionalmente, é reportado mensalmente à SUSEP o nível de liquidez apresentado pela Companhia, avaliando a sobra de recursos em função da necessidade de cobertura das provisões técnicas.

A Companhia não apresenta insuficiência de liquidez e mantém geração de caixa suficiente para honrar os compromissos de curto prazo além de manter aplicações financeiras classificadas como disponíveis para venda que podem ser utilizadas no caso de eventual necessidade.

30/06/2020	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Disponível	9	-	-	9
Equivalente de caixa	19	-	-	19
Aplicações (**)	151.992	237	4.324	156.553
Créditos das operações de capitalização	1.649	-	-	1.649
Títulos e créditos a receber (*)	249	-	-	249
Total do ativo	153.918	237	4.324	158.479
Contas a pagar	1.510	-	-	1.510
Débitos de operações com capitalização	1.009	-	-	1.009
Depósitos de terceiros	157	-	-	157
Provisões técnicas - capitalização	133.069	-	-	133.069
Total do passivo	135.745	-	-	135.745
31/12/2019	Até 1 ano	De 1 a 5	Acima de 5	Total
-		De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Caixa	2			2
Caixa Equivalente de caixa	2 1.227	anos - -	anos - -	2 1.227
Caixa Equivalente de caixa Aplicações (**)	2 1.227 143.064			2 1.227 154.110
Caixa Equivalente de caixa Aplicações (**) Créditos das operações de capitalização	2 1.227 143.064 1.471	anos - -	anos - -	2 1.227 154.110 1.471
Caixa Equivalente de caixa Aplicações (**) Créditos das operações de capitalização Títulos e créditos a receber (*)	2 1.227 143.064 1.471 1.474	4.544	6.502	2 1.227 154.110 1.471 1.474
Caixa Equivalente de caixa Aplicações (**) Créditos das operações de capitalização Títulos e créditos a receber (*) Total do ativo	2 1.227 143.064 1.471 1.474 147.238	anos - -	anos - -	2 1.227 154.110 1.471 1.474 158.284
Caixa Equivalente de caixa Aplicações (**) Créditos das operações de capitalização Títulos e créditos a receber (*) Total do ativo Contas a pagar	2 1.227 143.064 1.471 1.474 147.238 6.663	4.544	6.502	1.227 154.110 1.471 1.474 158.284 6.663
Caixa Equivalente de caixa Aplicações (**) Créditos das operações de capitalização Títulos e créditos a receber (*) Total do ativo Contas a pagar Débitos de operações com capitalização	2 1.227 143.064 1.471 1.474 147.238 6.663 1.051	4.544	6.502	1.227 154.110 1.471 1.474 158.284 6.663 1.051
Caixa Equivalente de caixa Aplicações (**) Créditos das operações de capitalização Títulos e créditos a receber (*) Total do ativo Contas a pagar Débitos de operações com capitalização Depósitos de terceiros	2 1.227 143.064 1.471 1.474 147.238 6.663 1.051 2.550	4.544	6.502	1.227 154.110 1.471 1.474 158.284 6.663 1.051 2.550
Caixa Equivalente de caixa Aplicações (**) Créditos das operações de capitalização Títulos e créditos a receber (*) Total do ativo Contas a pagar Débitos de operações com capitalização	2 1.227 143.064 1.471 1.474 147.238 6.663 1.051	4.544	6.502	1.227 154.110 1.471 1.474 158.284 6.663 1.051

^(*) Os depósitos judiciais e fiscais no montante de R\$ 5 (R\$ 36 em 31 de dezembro de 2019) e provisões judiciais de R\$ 49 (R\$ 69 em 31 de dezembro de 2019), não foram classificados no quadro acima devido à expectativa incerta do prazo das respectivas decisões judiciais. Os créditos tributários e previdenciários, no valor de R\$ 1.675 (R\$ 1.614 em 31 de dezembro de 2019) também não foram classificados no quadro acima.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno dos investimentos.

^(**) As aplicações financeiras são substancialmente constituídas por Títulos Públicos que, apesar de terem vencimento de longo prazo, as categorias disponível para venda e valor justo por meio do resultado foram consideradas como de liquidez imediata, pois podem ser convertidas em caixa a qualquer momento, de acordo com o fluxo de caixa da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho 2020 (Em milhares de Reais)

A política da Companhia, em termos de exposição a riscos de mercado, é conservadora, sendo que o risco de mercado é calculado pela MAPFRE Investimentos Ltda. com base em cenários de *stress, Duration* e com a metodologia de *Value at Risk - VaR e Macaulay Duration*.

O modelo de *VaR* é aplicado a carteira da Companhia, utilizando-se de VaR paramétrico, com nível de confiança de 95% e horizonte temporal de 1 dia útil.

Considerando o efeito da diversificação entre os fatores de risco, a possibilidade de perda estimada pelo modelo do *VaR*, para o intervalo de 1 dia é de:

		30/06/2020
Fundo	VaR	Patrimônio
Capitalização	59	151.944

A metodologia de *Macaulay Duration* é aplicada às Carteiras de *ALM* - *Asset & Liability Management* da Companhia, que contempla as carteiras administradas e o fundo que mantém participação. O prazo médio apresentado para as carteiras é de 1,47 anos (1,71 em 31 de dezembro de 2019) frente a um patrimônio de R\$ 151.944 (R\$ 148.589 em 31 de dezembro de 2019) e está de acordo com as diretrizes do GRUPO MAPFRE, sendo revisado, periodicamente, pelo Comitê de Investimentos.

Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é aperfeiçoar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de riscos aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito.

Sensibilidade à taxa de juros

Na presente análise de sensibilidade são considerados os seguintes fatores de risco: *i.* Taxa de juros; e *ii.* Cupons de títulos indexados a índices de inflação nas posições ativas e passivas da Companhia.

A definição dos parâmetros quantitativos utilizados na análise de sensibilidade (100 pontos base para taxa de juros e para cupons de inflação) teve por base a análise das variações históricas de taxas de juros em período recente e premissa de não alteração das curvas de expectativa de inflação, refletindo nos respectivos cupons na mesma magnitude da taxa de juros.

A Companhia não resgata antecipadamente os ativos classificados na categoria mantidos até o vencimento, mesmo assim, os títulos classificados nessa categoria foram mantidos para cálculo da análise de sensibilidade.

A análise de sensibilidade foi realizada para o volume financeiro da carteira atual, que totaliza R\$ 156.553 (R\$ 154.110 em 31 de dezembro de 2019).

Fator de risco

Taxa de juros e cupons

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho 2020 (Em milhares de Reais)

Para a análise de sensibilidade, todos os ativos em carteira da Companhia foram considerados a valor de mercado, independentemente de sua classificação contábil.

	30/06/2020
	Impacto no patrimônio líquido/ resultado
	(bruto de impostos)
e risco	
e juros e cupons	
 a) Elevação de taxas 	(1.056)
b) Redução de taxas	1.191

Parâmetros: 100 basis points nas estruturas de taxas de juros vigentes.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoas, tecnologia e infraestrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

A avaliação do Risco operacional utiliza uma ferramenta que auxilia na autoavaliação de riscos operacionais e controles inerentes às operações de cada um dos processos, por meio desta ferramenta os riscos são avaliados com base na sua importância relativa. probabilidade de ocorrência e as medidas de controle existentes para mitigar cada risco exposto.

Gerenciamento do risco operacional

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Alta Administração dentro de cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais para a administração de riscos operacionais e contempla as seguintes atividades:

- Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- Cumprimento com as exigências regulatórias e legais;
- Documentação de controles e procedimentos;
- Avaliação periódica de riscos operacionais e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- Desenvolvimento de planos de contingência;
- Treinamento e desenvolvimento profissional:
- Padrões éticos e comerciais; e
- Mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho 2020 (Em milhares de Reais)

Dentro desse cenário, a Companhia dispõe de mecanismos de avaliação de Compliance para evitar a possibilidade de perda ocasionada pela inobservância, violação ou não conformidade com as normas e instruções internas.

A Área de Gerenciamento de Riscos coordena o processo anual de Identificação de Riscos Materiais, a fim de identificar os riscos que a entidade pode enfrentar durante o período contemplado em seu plano de negócios, riscos que podem afetar significativamente o desempenho dos objetivos de classificação ou de capital regulatório.

Nessa identificação de riscos, tem como fator de sucesso a colaboração de executivos dentro da organização que possam antecipar ou dar sua opinião sobre a evolução dos riscos aos quais a entidade está exposta.

O ambiente de controles internos também contribui para a gestão do risco operacional, em que o mapa de riscos é atualizado regularmente com base nas auto avaliações de riscos e controles. Adicionalmente, um programa de análises periódicas de responsabilidade da Auditoria Interna é aprovado anualmente pelo Conselho de Administração, com trâmite pelo Comitê de Auditoria. Os resultados das análises da Auditoria Interna são encaminhados ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração.

Limitações da análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e os passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. À medida que os mercados de investimentos se movimentam por meio de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção.

Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Seguradora em possíveis mudanças no mercado em um futuro próximo, que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica.

Gestão de capital

O principal objetivo da Companhia em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, além de otimizar retorno sobre capital para os acionistas.

Patrimônio líquido ajustado e adequação de capital

Em atendimento à Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações, as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar Patrimônio líquido ajustado — PLA igual ou superior ao Capital mínimo requerido - CMR, equivalente ao maior valor entre o Capital base e o Capital de risco - CR.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho 2020 (Em milhares de Reais)

A Companhia está apurando o CR com base nos riscos de subscrição, crédito, operacional, e mercado e a correlação entre os riscos, como demonstrado abaixo:

1. Ajustes contábeis Patrimônio líquido Despesas antecipadas Ativos intangíveis Patrimônio líquido ajustado (a)	21.783 (19) (211) 21.553
2. Ajustes associados à variação dos valores econômicos Diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos ativos financeiros mantidos até o vencimento Ajustes econômicos (b)	970 970
3. Capital mínimo requerido Capital base (CB)	10.800
Capital de risco (subscrição, crédito, mercado e operacional) (CR) Capital de risco de crédito Capital de risco de subscrição	2.360 569 961
Capital de risco operacional Capital de risco de mercado	545 901
Correlação entre os riscos Capital mínimo requerido (c) Suficiência de capital (d = a + b - c) Suficiência de capital (d / c) Índice de solvência (e = (a + b) / c)	(616) 10.800 11.723 109% 2,09

A norma acima referida determina que as sociedades supervisionadas apresentem liquidez em relação ao CR superior a 20%. A Companhia apresenta liquidez como segue:

Capital de risco de liquidez (a)	2.360
Índice de liquidez requerido - 20% sobre CR	472
Ativos livres - nota explicativa nº 11 - (b)	23.124
Índice de liquidez em 30 de junho de 2020 (b/a)	980%

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho 2020 (Em milhares de Reais)

5. APLICAÇÕES

a) Composição por prazo, por título e por nível hierárquico

Apresentamos a seguir a composição dos ativos financeiros por prazo, por título e por hierarquia de valor justo. Os ativos financeiros classificados a valor justo por meio do resultado são contabilizados no ativo circulante e estão apresentados de acordo com o vencimento dos títulos.

			Venc	imento			Ati	vos			To	tal	
Títulos	Hierarquia a valor justo	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Acima de 5 anos	Sem vencimento	Valor contábil	Valor de curva	Valor de mercado	Ganho / (Perda) Não realizada	30/06/2020	%	31/12/2019	%
		(A)	(B)	(C)	(D)	(E = A + B + C + D)	(F)	(G)	(G-F)	(E)		(H)	
Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado		16.762	83.967	-	(6)	100.723	100.716	100.723	7	100.723	65%	97.143	65%
Fundos de investimentos		16.762	83.967	-	(6)	100.723	100.716	100.723	7	100.723	100%	97.143	100%
Letras financeiras do tesouro - LFT	1	4.449	83.966	-	-	88.415	88.409	88.415	6	88.415	88%	92.217	95%
Títulos da dívida agrária - TDA	2	2	1	-	-	3	2	3	1	3	0%	3	0%
Operações compromissadas (*)	2	12.311	-	-	-	12.311	12.311	12.311	-	12.311	12%	4.928	5%
Caixa / Contas a pagar/receber	2	-	-	-	(6)	(6)	(6)	(6)	-	(6)	0%	(5)	0%
Ativos financeiros disponíveis para venda		-	48.197		-	48.197	45.211	48.197	2.986	48.197	31%	45.921	30%
Carteira administrada		-	48.197	-	-	48.197	45.211	48.197	2.986	48.197	100%	45.921	100%
Letras do tesouro nacional - LTN	1	-	48.197	-	-	48.197	45.211	48.197	2.986	48.197	100%	45.921	100%
Ativos mantidos até o vencimento		2.925	207	2.885	-	6.017	6.017	7.633	1.616	6.017	4%	8.119	5%
Fundos de investimentos		2.925	207	2.885	-	6.017	6.017	7.633	1.616	6.017	100%	8.119	100%
Notas do tesouro nacional - NTN-B	1	-	-	2.885	-	2.885	2.885	4.324	1.439	2.885	48%	3.899	48%
Notas do tesouro nacional - NTN-F	1	2.925	207	-	-	3.132	3.132	3.309	177	3.132	52%	4.220	52%
Total		19.687	132.371	2.885	(6)	154.937	151.944	156.553	4.609	154.937	100%	151.183	100%

^(*) Operações compromissadas com lastro em títulos público.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho 2020 (Em milhares de Reais)

b) Hierarquia de valor justo

Ao mensurar o valor justo dos ativos financeiros, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da sequinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Não houve reclassificação entre as categorias de Títulos e Valores Mobiliários no período.

c) Determinação do valor justo

O valor justo das aplicações em fundos de investimento foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. As operações compromissadas são operações de compra e venda de (1) um dia com uma taxa pré-fixada na data da emissão da operação. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA.

O valor justo dos ativos financeiros mantidos até o vencimento é determinado apenas para fins de divulgação.

d) Taxa de juros contratada

		30/06/2020		31/12/2019
	Maior taxa	Menor taxa	Maior taxa	Menor taxa
Letras financeiras do tesouro - LFT	100 SELIC%	100 SELIC%	100% SELIC	100% SELIC
Letras do tesouro nacional - LTN	9,11%	9,11%	9,11%	9,11%
Notas do tesouro nacional - NTN-B	7,50%	7,35%	7,50%	7,35%
Notas do tesouro nacional - NTN-F	12,91%	10,60%	12,91%	10,60%
Operações compromissadas (*)	2,13%	2,13%	4,38%	4,38%
Títulos da dívida agrária - TDA	9,25%	9,24%	9,25%	9,24%
(*) Operações compromissadas com lastro en	n títulos núblico			

^(*) Operações compromissadas com lastro em títulos público.

e) Movimentação das aplicações

	31/12/2019	Aplicações	Resgates	Ajuste a valor justo	Rendimentos	30/06/2020
Valor justo por meio do resultado	97.143	23.026	(23.548)	-	4.102	100.723
Disponíveis para venda	45.921	-	-	392	1.884	48.197
Mantidos até o vencimento (*)	8.119	-	-	-	(2.102)	6.017
Total	151.183	23.026	(23.548)	392	3.884	154.937
	31/12/2018	Aplicações	Resgates	Ajuste a valor justo	Rendimentos	30/06/2019
Valor justo por meio do resultado	31/12/2018 97.266	Aplicações 23.194	Resgates (25.977)	•	Rendimentos	30/06/2019 96.623
Valor justo por meio do resultado Disponíveis para venda		• •		valor justo		
, .	97.266	23.194	(25.977)	valor justo	2.140	96.623

^(*) Os rendimentos dos ativos mantidos até o vencimento apresentam saldo negativo devido à queda na participação da companhia no fundo de investimento que possui em sua carteira esses ativos financeiros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho 2020 (Em milhares de Reais)

6. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO

Referem-se a valores a receber da emissão de títulos de capitalização.

Aging	30/06/2020	31/12/2019
A vencer		
A vencer de 1 a 30 dias	1.383	1.471
Total a vencer	1.383	1.471
Vencidos		
Vencidos de 1 a 30 dias	266	-
Total vencidos	266	-
Total	1.649	1.471

7. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

Do montante de R\$ 267 (R\$ 1.524 em 31 de dezembro de 2019) no ativo circulante, R\$ 249 (R\$ 1.474 em 31 de dezembro de 2019) refere-se a compartilhamento de despesas relacionadas conforme nota explicativa n°18.

8. OBRIGAÇÕES A PAGAR

	30/06/2020	31/12/2019
Fornecedores	152	91
Outras obrigações a pagar	393	609
Dividendos e gratificações a pagar (a)	-	5.000
Compartilhamento de despesas (nota nº 18)	398	721
Total	943	6.421

⁽a) Os dividendos no montante de R\$ 5 milhões foram pagos à MAPFRE Participações S.A. em 1° de junho de 2020.

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	30/06/2020	31/12/2019
Imposto de renda	93	502
Antecipação de imposto de renda	(93)	(502)
Contribuição social	65	330
Antecipação de contribuição social	(65)	(305)
COFINS	142	45
PIS	23	7
Outros	(29)	(27)
Total	136	50

10. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

	30/06/2020	31/12/2019
De 1 a 60 dias	157	978
De 61 a 120 dias	-	1.572
Total	157	2.550

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho 2020 (Em milhares de Reais)

11. MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

								30/06/2020
Provisões técnicas	Provisão matemática para capitalização - PMC	Provisão para resgate - PR	Provisão para sorteios a realizar - PSR	Provisão para sorteios a pagar - PSP	Provisão para Distribuição de Bônus - PDB	Provisão compleme ntar de sorteio - PCS	Provisão administra tiva	Total
Saldo inicial	98.246	10.296	391	15.855	69	34	163	125.054
Constituição de provisão	68.445	-	8.033	7.301	190	1	479	84.449
Atualização monetária e juros sobre			_		_		_	
provisão técnica	2.767	-	8	-	3	-	7	2.785
Pagamento de títulos sorteados	-	-	-	(7.173)	-	-	-	(7.173)
Pagamento de resgates	-	(61.876)	-	-	-	-	-	(61.876)
Títulos cancelados	(1.653)	-	-	-	-	-	-	(1.653)
Baixa de despesas administrativas	-	-	-	-	-	-	(292)	(292)
Baixa de sorteio decorrido	-	-	(7.498)	-	-	(34)	-	(7.532)
Transferência PRA	(18.263)	18.263	-	-	-	-	-	-
Transferência PRV	(43.995)	43.995	-	-	-	-	-	-
Transferências PDB	-	16	-	-	(16)	-	-	-
Decremento bônus	-	-	-	-	(158)	-	-	(158)
Receitas com penalidades	-	3	-	-	-	-	-	3
Outras provisões	-	(178)	-	-	-	-	-	(178)
Saldo final	105.547	10.519	934	15.983	88	1	357	133.429

Provisões técnicas	Provisão matemática para capitalização - PMC	Provisão para resgate - PR	Provisão para sorteios a realizar - PSR	Provisão para sorteios a pagar - PSP	Provisão para Distribuição de Bônus - PDB	Provisão administra tiva	Total
Saldo inicial	99.713	8.001	60	15.185	79	145	123.183
Constituição de provisão Atualização monetária e juros sobre	60.712	-	8.253	8.119	183	175	77.442
provisão técnica	2.879	-	4	-	2	6	2.891
Pagamento de títulos sorteados	-	-	-	(6.693)	-	-	(6.693)
Pagamento de resgates	-	(61.102)	-	-	-	-	(61.102)
Títulos cancelados	(1.565)	-	-	-	-	-	(1.565)
Baixa de despesas administrativas	-	-	-	-	-	(177)	(177)
Baixa de sorteio decorrido	-	-	(8.082)	-	-	-	(8.082)
Transferência PRA	(21.916)	21.916	-	-	-	-	-
Transferência PRV	(43.354)	43.354	-	-	-	-	-
Transferências PDB	-	16	-	-	(16)	-	-
Decremento bônus	-	-	-	-	(171)	-	(171)
Receitas com penalidades	-	(124)	-	-	-	-	(124)
Ajustes	-	(428)	(77)	-	-	-	(505)
Saldo final	96.469	11.633	158	16.611	77	149	125.097

12. COBERTURA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

	30/06/2020	31/12/2019
Provisões técnicas	133.429	125.054
Total a ser coberto	133.429	125.054
Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado	100.723	97.143
Ativos financeiros disponíveis para venda	48.197	45.921
Ativos mantidos até o vencimento	7.633	11.046
Total de aplicações (*)	156.553	154.110
Ativos livres	23.124	29.056

^(*) Conforme Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, art. 103 § 2º para efeito de cobertura de provisões técnicas, os ativos financeiros serão considerados pelo seu valor de mercado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho 2020 (Em milhares de Reais)

13. PROVISÕES JUDICIAIS

a) Composição

	Provi	sões judiciais	Depósitos judicia		
Natureza	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019	
Cíveis	49	69	5	18	
Outros	-	-	-	18	
Total	49	69	5	36	

Cíveis - valores em risco decorrentes de processos judiciais não relacionados a operações de capitalização ou relacionados a operações de capitalização desde que não estejam relacionados as condições gerais dos produtos comercializados, incluindo danos morais (quando não relacionados a operação de capitalização).

Fiscais - a Companhia possui discussões tributárias na esfera judicial, e amparada por seus assessores legais classifica a probabilidade de perda destas ações em provável, possível e remota, para fins de determinação de risco e provisionamento. Os valores em risco são atualizados mensalmente, de acordo com a taxa SELIC, e são informados seus saldos na data base de 30 de junho de 2020. Para a data-base de 30 de junho de 2020, a Companhia não possuía registro contábil de contingência uma vez que suas ações judiciais são avaliadas com o risco possível, conforme demonstramos abaixo:

CSLL - discute judicialmente a majoração da alíquota da CSLL de 15% para 20%, nos termos da Lei n° 13.169/2015, aplicável ao período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, período no qual manteve o recolhimento nos termos da legislação vigente, decisão de primeira instância desfavorável. Aguarda julgamento de Apelação. A probabilidade de perda classificada como possível no montante de R\$ 1.491 (R\$ 1.467 em 2019).

PIS/COFINS - com a revogação do parágrafo 1º, do art. 3º da Lei nº 9.718/1998, por meio da Lei nº 11.941/2009, a Companhia passou a considerar para a apuração destes tributos apenas as receitas de quota de carregamento de título de capitalização. Com a edição da Lei nº 12.973/2014, entende que não se alterou a base de cálculo aplicável, o que, no entanto, discute judicialmente, para que se mantenha restrita a incidência apenas sobre quotas de carregamento. Aguarda julgamento de Recursos Especial e Extraordinário. A probabilidade de perda classificada como possível, no montante de R\$ 2.836 (R\$ 1.560 em 2019).

b) Composição das ações judiciais de natureza fiscais e cíveis por probabilidade de perda

	30/06/2020			31/12/201				
	Quantidade	Valor da causa	Valor da provisão	Quantidade	Valor da causa	Valor da provisão		
Fiscais	2	4.327		2	3.027	-		
Possível	2	4.327	-	2	3.027	-		
Cíveis	27	531	49	39	847	69		
Provável	10	175	49	9	181	69		
Possível	16	334	-	28	597	-		
Remota	1	22	-	2	69	-		
Total	29	4.858	49	41	3.874	69		

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho 2020 (Em milhares de Reais)

c) Movimentação

	Cíveis			
	30/06/2020	30/06/2019		
Saldo inicial	69	8		
Constituições/Reversões	10	17		
Pagamentos	(33)	(2)		
Atualização monetária	3	-		
Saldo final	49	23		

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 12.000 (R\$ 12.000 em 31 de dezembro de 2019), e está representada por 12.000.000 ações ordinárias, sem valor nominal (12.000.000 ações em 2019).

b) Reserva legal

Constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento de capital social.

c) Reserva de investimentos

Conforme previsto no Estatuto Social, a parcela remanescente do lucro anual, não destinada à constituição da reserva legal e a distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio, será transferida à conta de reserva de investimentos.

d) Ajustes com títulos e valores mobiliários

Compreende o ajuste a valor justo dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para venda.

15. DETALHAMENTO DAS CONTAS DE RESULTADO

	30/06/2020	30/06/2019
a) Arrecadação com títulos de capitalização	82.230	75.521
Incentivo	28.506	31.216
Tradicional	55.403	45.955
Filantropia	24	-
Cancelamentos de títulos de capitalização	(1.703)	(1.650)
b) Variação das provisões para resgate	(66.792)	(59.147)
Constituição de provisão matemática	(68.445)	(60.712)
Cancelamentos de provisão matemática	1.653	1.565
c) Variação das provisões técnicas	(8)	419
Variação para provisão das despesas administrativas	(187)	2
Variação para distribuição de bônus	(32)	(11)
Resultado com provisão para complementação de sorteios	33	-
Outras provisões	178	428

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho 2020

(Em milhares de Reais)

d) Resultado com sorteio	(7.836)	(8.213)
Variação da provisão de sorteios a realizar	(535)	(171)
Variação da provisão de sorteios a pagar	(7.301)	(8.042)
e) Custos de aquisição	(2.445)	(1.822)
Comissões	(2.263)	(1.761)
Outros custos	(182)	(61)
f) Despesas administrativas	(4.987)	(7.218)
Pessoal próprio	(2.030)	(3.418)
Serviços de terceiros	(1.017)	(1.605)
Localização e funcionamento	(151)	(231)
Depreciações e amortizações	(23)	(137)
Despesas com publicidade e publicações	-	(156)
Despesas administrativas diversas	(60)	(86)
Compartilhamento de despesas (nota nº 18)	(1.706)	(1.585)
g) Despesas com tributos	(510)	(550)
COFINS	(299)	(340)
PIS	(49)	(56)
Taxa de fiscalização	(140)	(140)
Outros	(22)	(14)
h) Resultado financeiro	1.060	2.002
Receitas financeiras	3.884	4.925
Juros sobre os ativos financeiros destinados a valor justo por meio do resultado	4.102	2.140
Juros sobre os ativos financeiros disponíveis para venda	1.884	1.725
Juros sobre os ativos financeiros mantidos até o vencimento	(2.102)	1.060
Despesas financeiras	(2.824)	(2.923)
Despesas financeiras com provisões técnicas	(2.785)	(2.890)
Atualização monetária sobre provisões judiciais	(3)	-
Outras despesas financeiras	(36)	(33)

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Despesas de imposto de renda e contribuição social

		30/06/2020		30/06/2019
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes dos impostos e após participações	431	431	1.171	1.171
Împosto de renda e contribuição social as alíquotas vigentes	(96)	(65)	(281)	(176)
Diferenças temporárias	37	22	(41)	(24)
Diferenças permanentes	(37)	(22)	(36)	(12)
Deduções incentivadas	3	-	9	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	(93)	(65)	(349)	(212)
Constituição/reversão créditos tributários	(37)	(22)	41	24
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(130)	(87)	(308)	(188)
<u>-</u>	24%	17%	26%	16%

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho 2020

(Em milhares de Reais)

b) Imposto de renda e contribuição social diferido e tributos a recuperar

Ativo	31/12/2019	Constituições	Reversões	30/06/2020
Tributos a compensar	1.028	45	(15)	1.058
Tributos retidos na fonte	586	38	(7)	617
Total ativo circulante	1.614	83	(22)	1.675
Passivo				
Diferenças temporárias:				
Contingências cíveis	(27)	22	(15)	(20)
Provisão para participação nos lucros	(112)	782	(730)	(60)
Ajustes de títulos a valor justo TVM	1.037	231	`(74)	1.Ì94́
Total passivo não circulante	898	1.035	(819)	1.114
Ativo	01/01/2019	Constituições	Reversões	30/06/2019
Tributos a compensar	1.320	-	(277)	1.043
Tributos retidos na fonte	373	213	-	586
Total circulante	1.693	213	(277)	1.629
Diferenças temporárias:			, ,	
Contingências cíveis	8	-	(8)	-
Provisão para participação nos lucros	338	-	(338)	-
Provisão de outras despesas	-	336	(336)	-
Total não circulante	346	336	(682)	-

17. PLANOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A Companhia proporciona plano de previdência complementar aos seus colaboradores, da MAPFRE Previdência S.A., cujos benefícios compreendem pensão e complemento de aposentadoria. O regime do plano é de contribuição definida, sendo que as contribuições efetuadas no período totalizaram R\$ 17 (R\$ 35 em junho de 2019).

18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração define como partes relacionadas à Seguradora, empresas que compõem o GRUPO MAPFRE, o Banco do Brasil S.A. e empresas a ele ligadas, seus Administradores, Conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no CPC 05 — Divulgação sobre Partes Relacionadas. Por meio dos procedimentos de captura de tais transações apresentamos os movimentos relacionados.

Apresentamos as principais operações com partes relacionadas:

		00/00/2020		OU/OU/LULU	01/12/2013		00/00/2013		
		Ativo	Passivo	Receitas	Despesas	Ativo	Passivo	Receitas	Despesas
MAC Investimentos S.A. (1)	Coligada	9					1		-
MAPFRE Assistência Ltda. (1)	Coligada	710	-	-	-	697	40	1	-
MAPFRE Brasil Participações S.A. (1)	Acionista Indireta	-	18	-	-	1	-	-	-
MAPFRE Investimentos Ltda. (1)	Coligada	-	7	-	-	4	-	-	-
MAPFRE Participações S.A. (1)/(3)	Acionista Direta	-	-	-	-	-	5.000	-	-
MAPFRE Previdência S.A. (1)	Coligada	-	28	-	-	-	180	-	-
MAPFRE Saúde Ltda. (1)	Coligada	-	-	-	-	1	-	-	-
MAPFRE Seguros Gerais S.A. (1)/(2)	Coligada	751	17.962	21.383	(12.181)	939	18.833	18.697	(10.879)
MAPFRE Vida S.A. (1)/(2)	Coligada	524	885	3.162	(1.596)	527	833	3.047	(1.535)
Vera Cruz Consultoria Técnica e									
Administração de Fundos Ltda. (1)	Coligada	(457)	10	-	-	767	-	-	-
PROTENSEG Corretora de Seguros									
Ltda. (1)	Coligada	-	1	-	-	4	-	-	-
Total		1.537	18.911	24.545	(13.777)	2.940	25.427	21.745	(12.414)

30/06/2020

31/12/2019

30/06/2019

⁽¹⁾ Refere-se ao rateio de despesas administrativas e comerciais compartilhadas que é efetuado a partir de aplicações de percentuais de alocação para cada Empresa, sobre o total de despesas incorridas por elas sob o comando da MAPFRE Participações S.A., no desenvolvimento de atividades de: a) administração financeira; b) tecnologia da informação; c) administração; d) jurídico; e) recursos humanos; f) marketing e g) corporativo, percentuais estes definidos com base em medidores de atividades e critérios estabelecidos na convenção do GRUPO MAPFRE.

⁽²⁾ Refere-se a venda de títulos de capitalização que são oferecidos em incentivo na venda de seguros.

⁽³⁾ Refere-se a pagamento de dividendos ao acionista.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho 2020 (Em milhares de Reais)

a) Remuneração do pessoal-chave da Administração

É estabelecido anualmente, por meio da Assembleia Geral Ordinária, o montante global anual da remuneração e benefícios dos Administradores.

A Companhia não tem como política pagar a empregados e Administradores remuneração baseada em ações.

19. OUTRAS INFORMAÇÕES

Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria está instituído na empresa líder MAPFRE Participações S.A., nos termos da Resolução nº 321/2015 e alterações, do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, tendo alcance sobre a Companhia.

* * *

Diretoria

Luis Gutiérrez Mateo – Diretor Presidente
Agustin David Bello-Conde Valdes
Francisco Engenio Labourt
Maurício Galian
Orlando Eliecer Ibarra Campo
Óscar Garcia-Serrano Jimenez
Raphael de Luca Junior
Simone Pereira Negrão

Contador

Márcio Vincenzi Jager CRC 1SP 258226/O-1

Atuária

Vera Lucia Fernandes Lopes MIBA 817

MAPFRE Participações S.A.

CNPJ 12.264.857/0001-06

Livro de Registro de Relatórios do Comitê de Auditoria

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA DO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2020

O Comitê de Auditoria da MAPFRE Participações S.A., é um órgão estatutário de assessoramento do Conselho de Administração, atuando de forma permanente e independente, com a finalidade precípua de revisar, previamente à sua divulgação, o conjunto das demonstrações financeiras e avaliar a efetividade do sistema de controles internos e das auditorias externa e interna.

É constituído por três membros efetivos independentes e está instituído na empresa líder MAPFRE Participações S.A., em conformidade com a Resolução nº 321, de 2015, do Conselho Nacional de Seguros Privados. Os membros são eleitos pela Assembleia Geral, com mandatos anuais e renováveis até o máximo de 5 (cinco) anos.

O universo de atuação do Comitê compreende a instituição líder e tem alcance sobre as seguintes empresas: MAPFRE Vida S.A, MAPFRE Seguros Gerais S.A., MAPFRE Previdência S.A. e MAPFRE Capitalização S.A.

Importante ressaltar que em 31.10.2019, a MAPFRE Participações S.A., por meio de uma reorganização societária, passou a ser a única acionista da MAPRE Capitalização S.A. e MAPFRE Previdência S.A. Consequentemente, houve a extinção do Comitê de Auditoria instalado na MAPFRE Previdência S.A. que também alcançava a MAPFRE Capitalização S.A., e essas duas empresas, passaram a integrar o Comitê de Auditoria da MAPFRE Participações S.A., conforme portaria nº 7.607, de 02 de março de 2020 publicada pela Superintendência de Seguros Privados no Diário Oficial da União – DOU.

Os administradores da empresa líder e de suas subsidiárias são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações financeiras, gerir os riscos, manter sistemas de controles internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades às normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos, avaliando, com independência, a efetividade das ações de gerenciamento desses riscos e a adequação da governança e dos controles internos.

A KPMG Auditores Independentes é responsável pela auditoria das demonstrações financeiras das subsidiárias abrangidas pelo Comitê de Auditoria. Avaliam, também, no contexto desse trabalho, a qualidade e adequação do sistema de controles internos e o cumprimento dos dispositivos legais e regulamentares.

Principais Atividades

O Comitê reuniu-se mensalmente, fez diligências e requisições de documentos e informações junto à administração, gestores de riscos e controles, auditorias interna e externa. As atividades desenvolvidas, registradas em atas, cobriram o conjunto de responsabilidades atribuídas ao órgão e estão adiante sintetizadas.

MAPFRE Participações S.A.

CNPJ 12.264.857/0001-06

Livro de Registro de Relatórios do Comitê de Auditoria

Nas reuniões de trabalho, com administradores, executivos e técnicos das diversas áreas da Organização o comitê abordou, em especial, assuntos relacionados à preparação das demonstrações financeiras, o sistema de controles internos, processos contábeis, critérios e metodologias nas áreas atuarial, contábil e riscos, processo de gestão de riscos e relativos a transações com partes relacionadas. Nas situações em que identificou necessidades de melhoria, recomendou aprimoramentos.

Manteve diálogo com as equipes das auditorias interna e externa, oportunidades em que verificou e apreciou seus planejamentos, conheceu os resultados dos principais trabalhos e examinou suas conclusões e recomendações.

Considerando as informações recebidas das áreas responsáveis, os trabalhos da Auditoria Interna e da Auditoria Externa, o Comitê constatou a inexistência de falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade das empresas abrangidas.

Revisou as demonstrações financeiras, notas explicativas e o relatório da Administração da MAPFRE Vida S.A, MAPFRE Seguros Gerais S.A., MAPFRE Previdência S.A., MAPFRE Capitalização S.A. e discutiu com os auditores independentes seus relatórios e apontamentos.

Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria considera que:

- a) A Auditoria Interna é efetiva e desempenha suas funções com independência, objetividade e qualidade;
- b) A Auditoria Externa é efetiva e as informações por elas fornecidas constituem suporte para a opinião do Comitê acerca da integridade das demonstrações financeiras. Não foram identificadas ocorrências que pudessem comprometer a independência dos seus trabalhos;
- c) As demonstrações financeiras da MAPFRE Vida S.A, MAPFRE Seguros Gerais S.A., MAPFRE Previdência S.A. e MAPFRE Capitalização S.A. se apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira das empresas em 30/06/2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados.

São Paulo (SP), 27 de agosto de 2020.

Nilton Maia Sampaio Coordenador

Heloisa Belotti Bedicks Mario Teixeira de Almeida Rossi Membro Titular

Membro Titular